

REVISÃO DE DESPESA PORTUGAL

Institucionalização do processo de
Revisão de Despesa

Melhorar a eficiência da despesa

Libertar recursos para o que é prioritário



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

GPEARI

Gabinete de Planeamento, Estratégia,
Avaliação e Relações Internacionais
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Office for Economic Policy
and International Affairs
MINISTRY OF FINANCE





Gabinete de Planeamento, Estratégia,
Avaliação e Relações Internacionais
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Office for Economic Policy
and International Affairs
MINISTRY OF FINANCE

Missão

- Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira.
- Assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais.
- Acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.

Decreto-Lei n.º 87/2025, 25 de julho

Artigo 8.º Estrutura funcional

1 – É criada, no âmbito das unidades orgânicas flexíveis do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais Ministério das Finanças (GPEARI), a estrutura que assegura a operacionalização do processo de revisão de despesa.



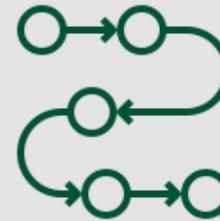
REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Agenda



Antecedentes



Definição de revisão de despesa



Preparar um exercício de revisão de despesa



Próximos Passos



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Alinhamento com as boas práticas de revisão da despesa

Duas tentativas anteriores:

- Revisão da Despesa de 2013-2014
- Revisão da Despesa de 2016-2023



Relatório de auditoria ao exercício de Revisão da Despesa (*Spending Review*)



3.º Modelo

Oportunidade



Componente "Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas",

Medida - TD-r32 - Modernização e Simplificação da Gestão Financeira Pública

Marco - TD-C17-r32-17.5 Marco: Aplicação de mecanismos para integrar as revisões de despesa no processo orçamental regular, incluindo a avaliação *ex post* dos ganhos de eficiência.

Publicação de legislação de suporte

Technical Support Instrument (TSI)

E o programa da União Europeia que fornece conhecimentos Técnicos especializados aos Estados Membros para conceber e implementar reformas (DG REFORM).



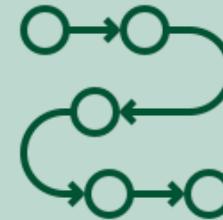
REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Agenda



Antecedentes



Definição de revisão de despesa



Preparar um exercício de revisão de despesa



Próximos Passos



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

“Análise detalhada da ¹despesa pública com o ²objetivo de otimizar a alocação de recursos, conduzida pelo ³Governo e coordenada pelo Ministério das Finanças, e ⁴estruturada em ciclos anuais”



São escolhidos 2-6 tópicos de revisão por ano, dentro do universo da AC e da SS...

1

“Análise detalhada da despesa pública com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, conduzida pelo Governo e coordenada pelo Ministério das Finanças, e estruturada em ciclos anuais”

Universo da despesa pública elegível para Revisão de despesa

Despesa do Estado (mil milhões de euros, 2024)

125,9 15,6

Elegível:

Administração Central

89,2

Segurança Social

36,7

Não elegível:

Administração Local

12,1

Administração Regional

3,5

Tópicos selecionados até CO 2026

Área	Tópico	Despesa	Ano
Ambiente	Programa ECO.AP 2030	556 M€	CO24
Saúde	Diálise	300 M€	CO24
	Medicina Física e Reabilitação	182 M€	CO24
	Medicamentos	4.021 M€	CO24/6
	Dispositivos médicos	797 M€	CO26
	Transporte de doentes	212 M€	CO26
Finanças	Subvenções públicas	3.864 M€	CO25
	Despesas de funcionamento da AT	2 M€	CO25
	Juros associados a Recursos Próprios Tradicionais pagos à UE	1 M€	CO25
Segurança Social	Subsídio de doença	962 M€	CO26

Total: (absoluto; em % do total elegível) 10.897 M€, 9%



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

O principal objetivo é libertar recursos para investir em objetivos estratégicos

2

“Análise detalhada da despesa pública com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, conduzida pelo Governo e coordenada pelo Ministério das Finanças, e estruturada em ciclos anuais”



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

MUDANÇA DE PARADIGMA

Orçamentação por programas

Despesa associada a objetivos estratégicos, com metas e ações concretas

Missão de Base Orgânica 1

...

Objetivo estratégico 1

Objetivo estratégico 2

...

...

Meta 1

Meta 2

...

Ação 1

Ação 2

...

SUCESSO mede-se em **objetivos cumpridos e metas atingidas**, não em aumentos de orçamento



Objetivos da Revisão de despesa



Investir nos objetivos estratégicos do Governo

Redirecionar recursos atualmente aplicados de maneira ineficiente para ações que permitam atingir as metas e objetivos estratégicos de cada missão de base orgânica



Sustentabilidade

Reducir o desperdício, promovendo a sustentabilidade financeira e ambiental



Agilidade e eficácia

Simplificar e desburocratizar, tornando a administração pública mais ágil e eficaz

Fonte: Decreto-Lei n.º 86/2025, de 15 de julho - Estabelece especificações e orientações relativas à concretização dos programas orçamentais a inscrever no Orçamento do Estado e ao acompanhamento da respetiva execução e prestação de contas, bem como o regime jurídico das entidades gestoras dos programas orçamentais.

O Ministério das Finanças coordena e presta apoio técnico durante o exercício

3

“Análise detalhada da despesa pública com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, conduzida pelo Governo e coordenada pelo Ministério das Finanças, e estruturada em ciclos anuais”



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Modelo de governo da Revisão de despesa

Nível:

Equipa de Coordenação Geral

Coordena o exercício, promovendo a sua melhoria contínua, emitindo orientações estratégicas e apoiando na mobilização das equipas

Entidades do Ministério das Finanças

Composição:

DG GPEARI

DG EO

GSEAO

GPEARI

EO

GPEARI

EO

Áreas governativas

Peritos externos

Entidades coordenadoras

Equipa de Acompanhamento Técnico Permanente

Acompanha o processo, gerindo o calendário e a produção de documentos, a articulação com o orçamento e a monitorização dos impactos

Equipas temáticas

Uma equipa por tópico, responsável por todas as análises de diagnóstico e identificação de medidas de eficiência, bem como da sua implementação e monitorização

Fonte: Decreto-Lei n.º 87/2025, de 25 de julho

Estabelece as regras e procedimentos para a revisão eficaz da despesa pública

As rondas de revisão de despesa são associadas a um ciclo orçamental

4

“Análise detalhada da despesa pública com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, conduzida pelo Governo e coordenada pelo Ministério das Finanças, e estruturada em ciclos anuais”



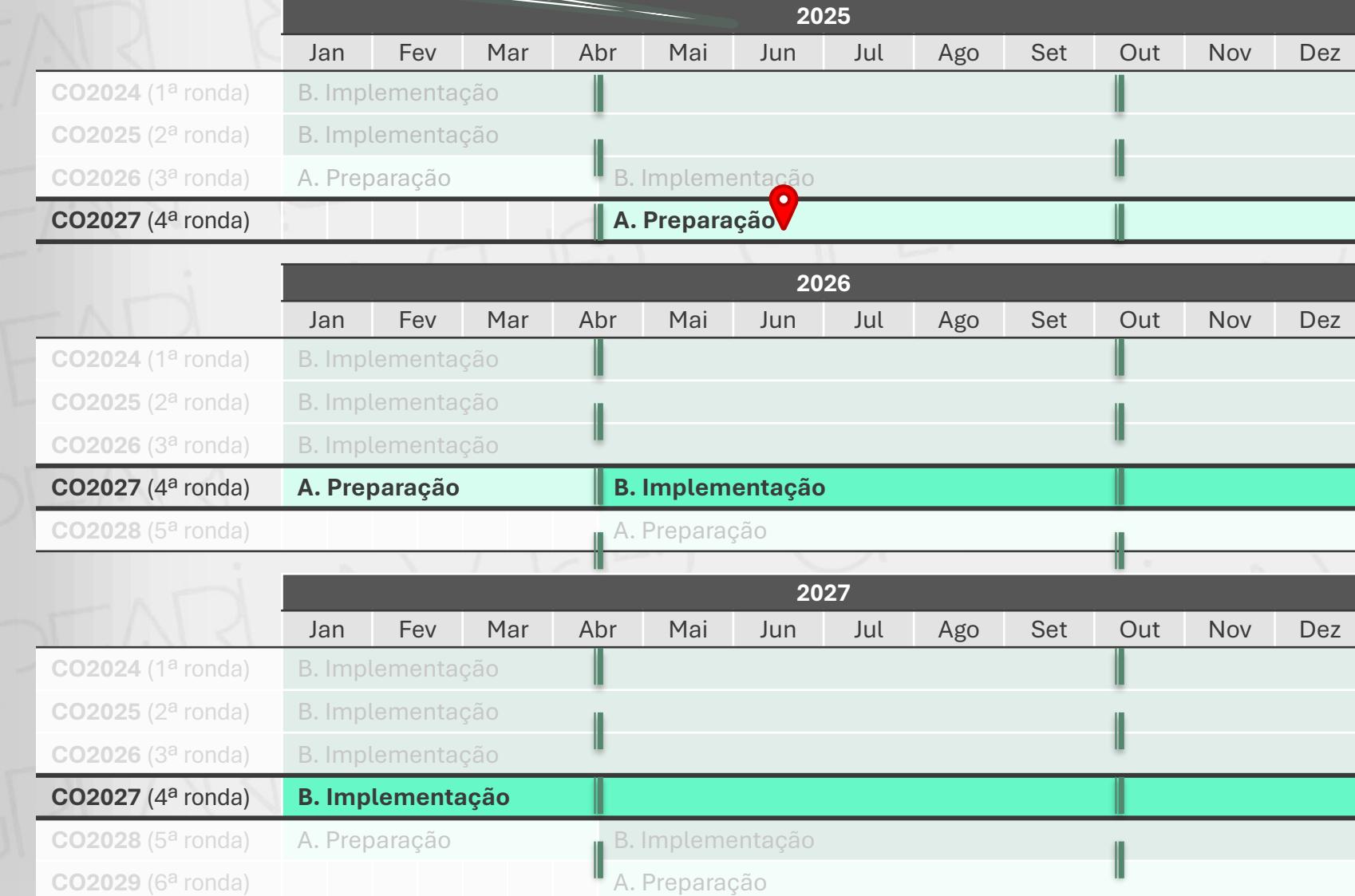
REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

A análise das medidas de eficiência a adotar neste ciclo é terminada a tempo de as estimativas de poupança serem refletidas no QPDP

↑
Quadro Plurianual de Despesa Pública (QPDP)

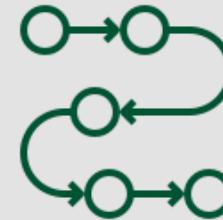
↑
Orçamento do Estado (OE)



Agenda



Antecedentes



Definição de revisão de despesa



Preparar um exercício de revisão de despesa



Próximos Passos



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Manuais de Revisão de Despesa Pública

Funded by
the European Union



Revisões de despesa

Manual 1 _ Desenho e implementação

Funded by
the European Union



Revisão de despesa

Manual_2 _ Implementação das opções de política selecionadas e monitorização dos resultados

Funded by
the European Union



Revisão de despesa

Manual_3 _ Publicação de relatórios e divulgação de informação sobre os exercícios de revisão de despesa



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

[Sítio: Manuais de Revisão de Despesa](#)

As rondas de revisão de despesa estão estruturadas em quatro fases

Fases: ◆ A. Preparação (18 meses)

2m

1. Âmbito

Definição dos tópicos

2. Diagnóstico

Análise da despesa

6m

3. Opções de política

Desenvolvimento de medidas

10m

4. Implementação e monitorização

Atividades:

- Fazer o levantamento de potenciais tópicos
- Avaliar e priorizar os tópicos propostos
- Selecionar tópicos a desenvolver
- Definir as equipas temáticas por tópico
- Redigir os ToR

- Identificar os drivers da despesa e regulação associada
- Mapear a evolução da despesa/ respetivos drivers
- Identificar aspectos críticos na origem de ineficiências
- Investigar melhores práticas internacionais

- Listar potenciais medidas de eficiência
- Analisar medidas identificadas
- Selecionar medidas a implementar
- Redigir o relatório

- Definir equipa e plano de implementação detalhado
- Incorporar as poupanças estimadas no orçamento
- Executar o plano de implementação definido
- Promover reuniões de PdS (trimestrais)
- Redigir relatórios de avaliação ex-post (anuais)

Entregáveis:

Termos de Referência (ToR)

Relatório de diagnóstico e opções de política

Relatórios trimestrais

Avaliações ex-post



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Queremos todas as ideias – sem condicionamentos

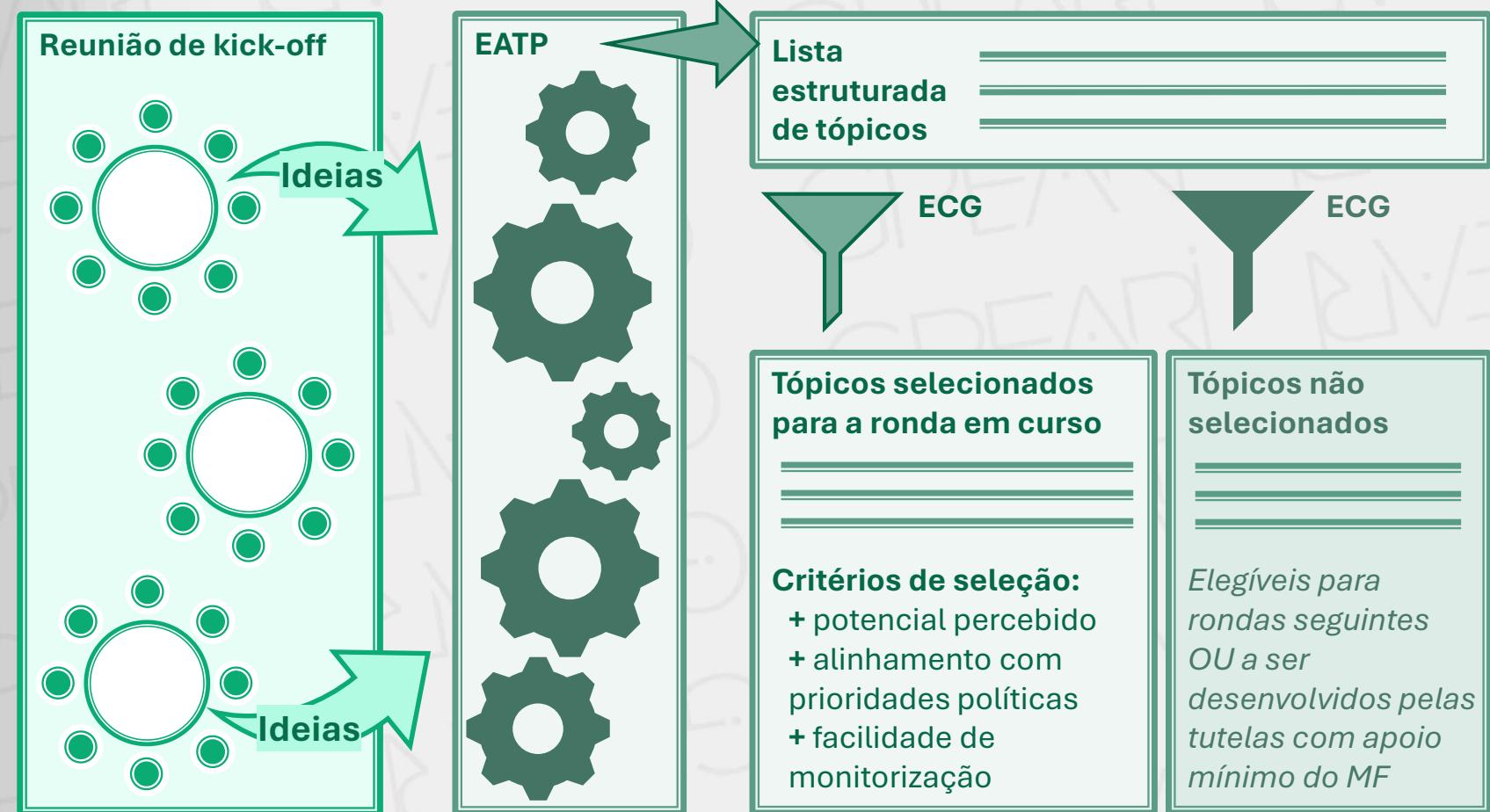
Frases proibidas

	“Já tentámos e não deu”	Podemos resolver ou mitigar os fatores que levaram ao insucesso
	“Não há interesse político”	Quem faz a avaliação política são os membros do Governo – cabe-nos apresentar todas as ideias tecnicamente viáveis
	“Na conjuntura parlamentar vigente não seria aprovado”	Nunca se sabe, além de que mesmo que não seja possível agora, poderá sê-lo no futuro
	“Não temos poder para atuar sobre isso”	Nós talvez não, mas podemos motivar quem tem
	“Até conseguirmos ver resultados vai passar muito tempo”	Se nunca começarmos, então é que nunca veremos resultados



A metodologia e os critérios de seleção de tópicos têm variado ao longo dos ciclos
- para o CO27, foram envolvidas várias áreas setoriais

Dinâmica da reunião de kick-off do CO2027



Critérios de Seleção



Manual on New Policy Costings and Multi-year Expenditure Baselines

[Projeto 24PT29 - Strengthening policy costing methodologies and medium-term budgeting practices in Portugal](#)

Critérios de Triagem

- Alinhamento com as prioridades de cada tutela ministerial.
- Viabilidade técnica.
- Potencial de eficiência mensurável e comprovável.



Tópicos Recomendados (2027)

Em colaboração com o MAI e MECI, foram identificados tópicos que representam:

- Sinergias interministeriais claras.
- Capacidade de execução comprovada .
- **Potencial duplo: poupança orçamental e melhoria do serviço público.**



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Dos Tópicos Propostos à reorganização dos Tópicos Recomendados



22 Tópicos

1.ª Fase

Reuniões de *kick-off*



10 Tópicos

2.ª Fase

Reuniões com
tutela setorial e
análise EATP



3+3

EATP

Tópicos
Recomendados
para Revisão de
Despesa



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Exemplo : Controlo de baixas médicas

Diagnóstico

- Elevado número de baixas com substituições tardias ou inexistentes.
- Ausência de sistema automatizado de registo e controlo.

Impacto financeiro

- ≈ 73 M€/ano.
- Potencial de Eficiência $\sim\%$ $\sim 14,6$ M€/ano.



Boas práticas internacionais

- **Canadá:** Alerta automatizado de padrões anómalos de baixas.
- **Espanha:** Substituições automáticas com registo digital central.

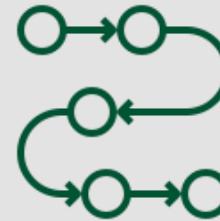
Soluções propostas

- Automatização do controlo de assiduidade e baixas médicas.
- Criação de banco de substitutos regionais.
- Cruzamento com dados da Segurança Social.

Agenda



Antecedentes



Definição de revisão de despesa



Preparar um exercício de revisão de despesa



Próximos Passos



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Decreto Lei n.º 87/2025, de 25 de julho – Desafios futuros



DIÁRIO
DA REPÚBLICA

1.ª série

N.º 142

25-07-2025

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Decreto-Lei n.º 87/2025, de 25 de julho

Sumário: Estabelece as regras e procedimentos para a revisão eficaz da despesa pública.

A revisão de despesa pública é um importante instrumento da gestão financeira pública. Consiste num processo de análise detalhada da despesa com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, melhorar a qualidade da despesa pública, e a sua adequação às políticas prosseguidas pelo Governo, bem como criar margem orçamental que pode ser dirigida para financiar novas políticas públicas e lidar com pressões na despesa emergentes. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a revisão de despesa deve estar totalmente integrada no processo orçamental anual e plurianual, contribuindo para a consolidação orçamental, para a disciplina financeira, para a criação de margem orçamental para novas prioridades e para a melhoria da qualidade da despesa. No entanto, a revisão de despesa não se limita à vertente orçamental, devendo ser encarada como um instrumento de reorientação estratégica do setor público, centrado na obtenção de melhores resultados para os cidadãos.

Artigo 12.º Articulação com a avaliação de desempenho de políticas públicas

Artigo 14.º Direitos e deveres de informação e transparência

Artigo 15.º Metodologia, incentivos e penalizações

Artigo 16.º Regulamentação



REPÚBLICA
PORTUGUESA

FINANÇAS

Obrigada!

spending.review.pt@gpearl.gov.pt

ana.sequeira@gpearl.gov.pt



The screenshot shows the GPEARL website with a banner featuring a close-up of several documents, including one with '2020' and another with 'AS PÚBLICAS'. The navigation bar includes links for Intranet, Ana Sequeira - Outl..., GPEARL - Site, GPEARL - Intranet, SARA - Assiduidade, GPEARL.docs - Faba, https://www.google..., https://transparenci..., and Outros favoritos. The main content area shows the 'Revisão de despesa pública' page, with a sub-navigation bar for Áreas de atuação, Finanças Públicas, and Revisão de Despesa Pública. The page lists several topics under 'Finanças Públicas' and provides a link to the 'Diploma – Decreto-Lei n.º 87/2025, de 25 de julho'.

Áreas de atuação > Finanças Públicas > Revisão de Despesa Pública

Revisão de despesa pública

A revisão de despesa pública (*spending review*) constitui um importante instrumento da gestão financeira pública, consistindo num processo metodológico e regular de análise detalhada da despesa em curso, designadamente de áreas específica desta que seja pré-determinadas, com o objetivo de otimizar a alocação de recursos, melhorar a qualidade da despesa pública e a sua adequação aos objetivos de política, bem como criar margem orçamental que pode permitir financiar novas políticas públicas, bem como lidar com pressões na despesa emergentes.

Diploma – Decreto-Lei n.º 87/2025, de 25 de julho

Estabelece as regras e procedimentos para a revisão eficaz da despesa pública.

 Decreto-Lei n.º 87/2025, de 25 de julho